

23/4/97 1-3
86

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Quanto vale a Vale?

ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE

Quanto vale uma reserva de ferro capaz de durar 400 anos mantido o nível de produção atual? Será que vale mais que uma outra que não durará mais que 30 anos com a mesma produção?

A resposta é simples. Depende do comprador. Para uma empresa privada, elas têm o mesmo valor. A menos que haja possibilidades de aumento significativo de mercado. Aliás, a abundância reduz o valor, pois aumenta a oferta. Se não existisse Carajás, o preço do minério de ferro no mercado internacional seria possivelmente maior. O ferro constitui cerca de 5% da crosta terrestre e se encontra em abundância com teores elevados na Austrália, no Canadá, nos EUA, na Rússia, na Ucrânia, na Índia, na Libéria, na Mauritânia etc., além do Brasil. Não se pode esperar, portanto, um grande aumento de vendas para o Brasil, embora a qualidade do minério de Carajás seja excelente.

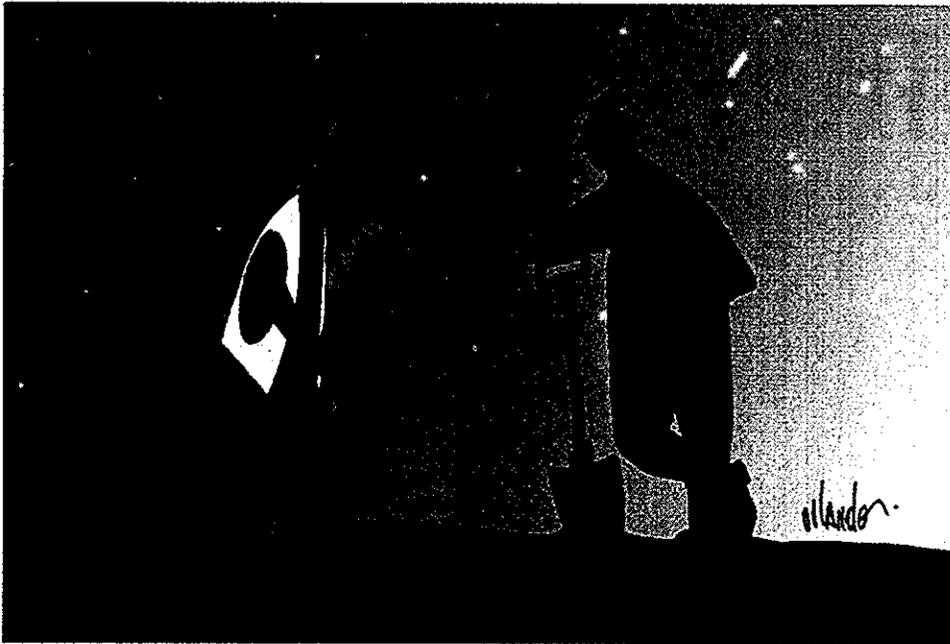
Há ainda fatores de incerteza que impedem o setor privado de levar em consideração reservas de minério de ferro que excedam 20 ou 30 anos de exploração. O ferro vem sendo substituído por outros metais em muitas aplicações, e por plásticos, cerâmicas e fibras de carbono em outras. Microligas vêm reduzindo a quantidade de ferro para a mesma aplicação. Além disso, o ferro é muito usado em períodos de implantação de infra-estruturas nacionais, e esse ciclo já está completo em muitos países. Também é muito provável que o setor de transporte, com a informatização da sociedade, passe a demandar menor quantidade de materiais.

As reservas de ouro, consideradas pelo grupo de trabalho como de "classe mundial", correspondem a

menos que seis meses de produção da África do Sul. As reservas de nióbio são inúteis, pois o Brasil possui reservas mobilizadas suficientes para satisfazer a demanda mundial já por vários séculos. Tentar aproveitar a da Vale só serviria para reduzir o preço internacional.

Há excesso de oferta de minério urânio no mundo. As reservas brasileiras, embora apreciáveis, não têm valor econômico hoje. E assim por diante.

O método básico usado para a avaliação, o de fluxo de caixa futuro, hoje universalmente utilizado, é o único aceitável para compra de grandes empresas, pois é o que melhor enfrenta a dinâmica financeira atual. Quem comprar uma empresa baseado no obsoleto método de avaliação do patrimônio está condenado à falência, a menos que o vendedor seja idiota. A dificuldade fre-



quentemente está na escolha de algumas premissas, mas, no que se pode depreender do relatório do grupo auxiliar de trabalho, a escolha parece ter sido adequada, principalmente nas tão importantes taxas de descontos.

Mais uma vez cai a esquerda nacionalista na armadilha armada pelos liberais para discutir os pontos irrelevantes de uma questão essencial. Pouco importa se a Merrill Lynch e o Bradesco, avaliadores, têm ou não um interesse na aquisição. Ora, suprimam-se esses candidatos ou removam-se as dúvidas, e tudo continua no mesmo. E, no momento em que passamos a discutir preços, legitimamos a privatização.

Todavia, confirmado o elo financeiro entre Merrill Lynch e Anglo American, deveria essa candidata estar automaticamente suprimida e a cúpula da organização normativa, o BNDES, fosse por conivência, fosse por omissão, imediatamente substituída.

Sendo assim, só resta assegurar-nos de que os benefícios da privatização se revertam em certa medida para a sociedade, e isso tem muito pouco a ver com os 20% a mais ou a menos que estas ou aquelas reservas ou parâmetros de avaliação venham a assegurar. Muito mais importante é que a Vale privatizada não se torne um mal social.

Será que vale a pena, por exemplo, entregar seu controle à Votorantim, uma empresa de administração familiar, arcaica, viciada em mercados oligopolísticos? Ou à Anglo American, cujas práticas anti-sociais são notórias? Não seria desejável que regras claras fossem estabelecidas? Que os eventuais controladores da empresa não a usassem para ampliar cartéis horizontais? Que fossem proibidos cartéis verticais nacionais, como já existe no caso do alumínio? Que regras claras quanto ao

meio ambiente fossem estabelecidas?

Todavia, não é essa ainda a questão fundamental. Em realidade estamos perdendo tempo com uma discussão periférica, enquanto a questão fundamental, a privatização, não é discutida.

A empresa estatal representa um conflito de interesses que, em países politicamente amadurecidos, é amortizado. O Estado, ou melhor, o governo, é o fiscal e o usuário simultaneamente. Essa é a origem de todos os males da empresa estatal. Incompetência e ilegitimidade são consequências. O governo denomina os diretores e os cargos de confiança que, tecnicamente incapazes, são obrigados a ceder à corporação interna. Em troca da aquiescência, concessões absurdas são feitas.

Um jogo de chantagem, um pacto de conivências se instala. Parlamentares buscam cargos e fatias do poder. As diretorias, frequentemente formadas por políticos à deriva, não se interessam pelos destinos da empresa. Preparam apenas seu retorno à política pelo uso do bem público. Isso na melhor das hipóteses, quando não é a empresa usada para caixinhas de campanha. Aliás, é um mistério a razão pela qual os maiores usuários desse esquema sejam os que mais batalham pela privatização. Remorsos ou obsessão suicida?

Concursos públicos são banidos, pois não servem nem aos governos e políticos nem às corporações internas. A concorrência é então restrita a cabos eleitorais e familiares de funcionários.

Nessa situação, seria melhor distribuir as ações, não entre os próprios empregados, mas entre aqueles que são os mais injustiçados socialmente. E pagar não com o dinheiro podre de grupos financeiros enriquecidos com a agiotagem da dívida pública, mas com a dívida social que o Estado tem para com aqueles aposentados que são obrigados a viver com um ou dois salários mínimos. Essa sim seria uma luta digna da CNBB e da esquerda.